

A Sociologia da Infância na contemporaneidade.

Sociology of Childhood in contemporaneity.

Marta Regina Brostolin*

Resumo: O texto decorre de um estudo que buscou revisitar a literatura tendo em vistas a trajetória de constituição do campo da Sociologia da Infância, como disciplina científica em contextos português e brasileiro, para num segundo momento discutir os caminhos trilhados e os desafios a serem enfrentados na contemporaneidade. O campo surge com uma dupla função, isto é, criar um espaço para a infância no discurso sociológico e encarar a complexidade e ambiguidade da infância como um fenômeno contemporâneo e instável. Em relação à primeira atribuição, a Sociologia da Infância compreende a criança como sujeito de direitos, ator social em seus modos de vida e a infância como uma categoria geracional sócio-historicamente construída. Nesse processo teórico e epistemológico, desconstrói a normatividade imposta à criança pela sociedade moderna. Portanto, é na segunda função que seus desafios contemporâneos residem, ou seja, em tornar visível as crianças ainda ausentes no campo, as crianças excluídas pela desigualdade social, pelas guerras, tráfico, prostituição, pela pobreza, enfim, que se volte para a emancipação social e direito a provisão, proteção e participação das crianças.

Palavras-chave: Sociologia da Infância. Contemporaneidade. Desafios.

Abstract: The text derives from a study that sought to revisit the literature in view of the path of constitution of the field of Sociology of Childhood as a scientific discipline in Portuguese and Brazilian contexts, in a second moment to discuss the paths and the challenges to be faced in the contemporary world. The field arises with a double function, that is, to create a space for childhood in sociological discourse and to face the complexity and ambiguity of childhood as

* Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Católica Dom Bosco (1994), especialização em Psicopedagogia e Sóciopsicomotricidade Romain Thiers, Mestrado em Educação - Formação de Professores pela Universidade Católica Dom Bosco (1998) e Doutorado em Desenvolvimento Local pela Universidade Complutense de Madri (2005). Realizou estágio pós-doutoramento em Estudos da Criança, Especialidade em Sociologia da Infância, no Instituto de Educação na Universidade do Minho, sob a supervisão do Profº Dr Manuel Jacinto Sarmiento (2017). É professora da graduação e pós-graduação, Atualmente, integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado – da Universidade Católica Dom Bosco.

a contemporary and unstable phenomenon. In relation to the first assignment, the Sociology of Childhood understands the child as subject of rights, social actor in its ways of life and childhood as a socio-historically constructed generational category. In this theoretical and epistemological process, it deconstructs the normativity imposed on the child by modern society. It is, therefore, in the second function that their contemporary challenges lie, that is, in making visible the children still absent in the countryside, children excluded by social inequality, wars, trafficking, prostitution, poverty, finally turning to emancipation social and right to provision, protection and participation of children.

Keywords: Sociology of Childhood. Contemporaneity. Challenges.

Introdução

A criança e a infância durante um longo período não foram consideradas pelas ciências sociais, inclusive a Sociologia não voltava o olhar para a criança por não a considerar como unidade de investigação válida em si mesma e sim, sempre inserida em um grupo social específico, ou seja, a criança-aluno, no contexto escolar ou a criança-filho no contexto familiar. Este fato também foi constatado por Qvortrup (1995) citado em Sarmiento (2008) ao afirmar que as crianças, mais do que ignoradas, têm sido marginalizadas e “menorizadas” pelo discurso sociológico, pois são estudadas na sociologia tradicional na condição de aluno ou na posição de desviância ou de anomia, raras vezes a partir da consideração da sua condição social e geracional.

A ausência da infância e criança nos estudos sociológicos explica-se devido à subalternidade das crianças ao mundo adultocêntrico, em que eram vistas como “homúnculos”, isto é, homens em miniatura, alguém a vir a ser, incompleto e imperfeito, estudado por campos científicos como a Psicologia, a Medicina que raramente dialogavam com a Sociologia, a Antropologia e a História. A própria Pedagogia dedicou esforços no sentido de pensar uma ação pedagógica que conformasse a criança nos padrões vigentes da sociedade moderna em espaços privados, sejam as creches, asilos, orfanatos e reformatórios, espaços estes que invisibilizavam as crianças, ignorando-as como atores sociais, portadores e produtores de cultura.

Portanto, é nesse contexto que decorre este estudo que inicialmente buscou revisitar a literatura tendo em vistas a trajetória de constituição do campo da Sociologia da Infância, como disciplina científica em contextos português e brasileiro, para num segundo momento discutir os caminhos trilhados atualmente e os desafios a serem enfrentados na contemporaneidade.

A Sociologia da Infância: um campo científico que se constitui e busca consolidação

A Sociologia da Infância como campo científico produtor de conhecimento sobre crianças e infâncias avançou muito nas primeiras décadas do século XXI, porém, ainda não tem o reconhecimento público, o que gera muitas dificuldades em seu processo de consolidação, fato este evidenciado na publicação do Manual Internacional de Sociologia (Calhoun, Rojek & Turner, 2005) citado por Sarmiento (2008) que dedicou apenas um pequeno espaço à infância no capítulo referente à pobreza.

Para compreender o processo de constituição da área, volta-se no tempo para as primeiras décadas do século XX. Em 1920 nos Estados Unidos, notadamente cinco figuras da Sociologia americana começaram a estudar a temática: William I. Thomas, Dorothy S. Thomas, Stanley P. Davies, E. W. Bruggess e Kimmball Young. (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2010).

Na França, Marcel Mauss apresentou uma comunicação sobre a Sociologia da Infância em um congresso ocorrido em 1937 e, em 1947, no Brasil, destaca-se o trabalho pioneiro de Florestan Fernandes sobre as Trocinhas do Bom Retiro. Nestes trabalhos as crianças, sua infância e sua cultura são descritas pelos sociólogos (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2010).

Para Prout (2010, p. 731):

Em sua forma contemporânea, ela surgiu nos anos 1980-1990. Três principais recursos teóricos foram empregados em sua construção. Primeiro, apoiou-se na Sociologia interacionista desenvolvida principalmente nos Estados Unidos nos anos 1960. Esta problematizou o conceito de socialização, que torna as crianças muito passivas. Segundo, nos anos 1990, sobretudo na Europa, houve um ressurgimento (um tanto quanto surpreendente) da sociologia estrutural, que vê a infância como um dado permanente da estrutura social. Finalmente, nos anos 1980, na Europa e nos Estados Unidos, o construtivismo social problematizou e desestabilizou todo e qualquer conceito

consagrado sobre a infância, lançando-lhe um olhar relativista. Este enfatizou a especificidade histórica e temporal da infância e dirigiu o foco à sua construção através do discurso.

Para o autor, (2010, p. 732) “foi à complexa e caótica desorganização da vida social, refletida na infância contemporânea, mas não confinada a ela, que erodiu a Sociologia moderna e a tornou inadequada para a modernidade tardia”. As transformações sociais e a crise da teoria social propiciaram a gênese da Sociologia contemporânea, inicialmente vinculada a uma tradição sociológica e um aporte teórico em crise. Nas décadas de 1980 e 1990 do século passado, a Sociologia buscava sintonizar-se com as complexas mudanças sociais que abalaram os princípios modernos que balizaram todo o século anterior. No entanto, a teoria social moderna nunca tinha dado um espaço significativo à infância. Surge então a Sociologia da Infância com a atribuição de criar um espaço para a infância no discurso sociológico e enfrentar a complexidade e ambiguidade da infância como um fenômeno contemporâneo e instável (PROUT, 2010).

Sarmiento (2008) a partir de seus estudos contribui para o percurso da constituição da área observando que a Sociologia da Infância de origem anglo-saxônica é plural e multifacetada, sendo hoje um espaço onde se cruzam sociólogos e cientistas sociais de diversas proveniências disciplinares. Segundo o autor, um importante trabalho a destacar nesse contexto linguístico foi o coordenado por Qvortrup, no Centro Europeu em Viena, que resultou na publicação de dezesseis relatórios sobre a situação da infância em vários países do mundo, juntamente com o texto de apresentação de seu projeto constituindo-se em obra referencial de impulso teórico da disciplina.

Para Sarmiento (2008, p.12):

O campo da Sociologia da Infância anglo-saxônica abrange praticamente todas as áreas de inscrição das crianças nos respectivos mundos sociais, da família (e.g. Brannen & O'Brien, 1996) às culturas de pares (Corsaro & Eder, 1997, Corsaro, 2003), das políticas públicas (e.g. James & James, 2004) à sociologia dos direitos (e.g. Archard, 1993 e 2003, Alderson, 2000, Mayall, 2002); das identidades sociais (e.g. James, 1993) à colonização pela indústria cultural (e.g. Steinberg & Kinchloe, 1997); do espaço urbano (e.g. Christensen & O'Brien, 2003)) às relações de gênero (e.g. Oakley, 1990); dos contextos de lazer e tempos livres (e.g. Sutton-Smith, 1986) ao trabalho infantil (e.g. Mitzen, Polé & Bolton, 2001)); dos media (e.g. Buchingham, 2000) ao corpo (Prout, 2000). Não deixa de ser

paradoxal, apesar de tudo, a reduzida dimensão e importância que a Sociologia da Infância de expressão anglo-saxônica possui no que diz respeito à análise da instituição escolar e das práticas sociais das crianças na escola.

Em contrapartida, a Sociologia da Infância francófona desenvolveu-se em diálogo com obras historiográficas, principalmente com a história da infância de Ariés (1961) e outros trabalhos relacionados à sociologia da família. Em 1998 e 1999, foi publicado em duas edições temáticas da Revista “Éducation et Sociétés” um balanço do estado da arte da Sociologia da Infância em língua francesa constituindo-se uma importante referência (SARMENTO, 2008).

Sirota (2011, p.563), uma conceituada pesquisadora francesa afirma que “a Sociologia da Infância já tinha sido desenvolvida no nível anglo-saxônico com dez a quinze anos antes de nós (franceses)”. De acordo com Delgado (2011, p. 189) a “Sociologia da Infância francesa está marcada pelos estudos sobre a escola e reflexões sobre a problemática da socialização”. A autora afirma que os sociólogos da educação descobriram o ofício de aluno, no entanto, a criança escolar mudou, sendo necessário compreender suas lógicas de ação, o que exigiu uma renovação dos quadros teóricos e passar o ofício de aluno para o ofício de criança.

Segundo Sarmento et al (2017, p. 41) “afastadas da academia e reprimidas pela suspeita de trazerem a “subversão social”, as ciências sociais em Portugal viveram um alargado período de hibernação – ou, nos melhores casos, de resistência semiclandestina – durante o tempo de dominação da ditadura fascista (1926-1974)”. O autor ainda acrescenta:

Despertadas com a revolução de 25 de abril de 1974, as ciências sociais em Portugal procuraram interrogar desde cedo as razões deste ser o país com a mais prolongada ditadura de pendor nacionalista na Europa, uma das últimas a ser vencida pela democracia, e a última potência colonial. Simultaneamente, a transformação económica, política e social do país orientou fortemente os primeiros trabalhos sociológicos para o estudo das realidades emergentes e as suas dinâmicas sociais. A análise das condições sociais de Portugal da transição democrática, não obstante, é fortemente contagiada por uma perspectiva cosmopolítica, e por uma orientação científica profundamente influenciada pelo diálogo científico com diferentes escolas de pensamento europeus, em parte decorrente da realização de estudos de doutoramento da nova geração de cientistas sociais em universidades francesas, inglesas, suíças, entre outras (2017, p.41).

Nesse contexto, a Sociologia da Infância surge em Portugal apenas no final dos anos de 1990 e desenvolveu-se de forma mais acelerada a partir do século XXI sob a égide dos programas doutoral e estabelecimento de vínculos com as principais organizações internacionais de Sociologia e seus respectivos comitês de investigação (ESA – Associação de Sociologia Européia; ISA – Associação Internacional de Sociologia; AISLF – Associação Internacional de Sociologia de Língua Francesa). Segundo Sarmiento (2008), a emergência do campo internacional da Sociologia da Infância em Portugal é tardia, podendo se considerar o Congresso Internacional sobre os Mundos Culturais e Sociais da Infância, promovido pelo Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho (IEC) e realizado em Braga entre 19 e 22 de Janeiro de 2000 como um marco importante.

De acordo com Sarmiento (2008), a Sociologia da Infância em Portugal nos últimos cinco anos tem apresentado um relevante desenvolvimento a partir do trabalho original de jovens sociólogos. O autor (2008, p.14) se refere:

A trabalhos como os de Ana Nunes de Almeida e outros sobre maus-tratos infantis (Almeida et al., 1999a & Almeida et al., 1999b), os relatórios de K. Wall sobre política de família (Wall, 1996), ou os trabalhos originários na equipa IEC, designadamente sobre a infância e a televisão (Pinto, 2000), o trabalho infantil (1998), (Sarmiento, Bandeira & Dores, 2000, Sarmiento, Silva & Costa, 2003), ou as políticas públicas da educação de infância (Vilarinho, 2000), a que acrescem textos de enquadramento das problemáticas da disciplina (especialmente: Pinto, 1997, Sarmiento & Pinto, 1997, Sarmiento & Cerisara, 2004, Tomás & Soares, 2004). Referimo-nos ainda aos trabalhos de levantamento documental e os estudos etnográficos das investigadoras da Universidade do Porto, Cristina Rocha e Manuela Ferreira (1994) e Ferreira (2000 e 2004). Outros trabalhos sinalizam a construção das identidades sociais (Madeira, 2005, Saramago, 1994 e 2005), as crianças de rua (Sebastião (1995), as representações e práticas familiares (Seabra, 1999 e 2000), passando pela abordagem das representações infantis sobre direitos da criança (Soares, 2001, 2005), a análise do internamento das crianças em instituições judiciais, no âmbito de um diálogo interdisciplinar com a Sociologia da Justiça, (Tomás, 2000, Pedroso & Fonseca, 2000), a investigação sobre trabalho infantil em contexto rural (Pinto 1998) ou as interações das crianças na Internet (Barra, 2004).

Uma importante dimensão do campo da Sociologia da Infância em Portugal é a sua articulação com as políticas públicas, nomeadamente nos

campos da educação e das políticas sociais. Uma outra dimensão é o diálogo intenso com os estudos da infância do Brasil. Essa interlocução é destacada por Delgado (2011, p. 192) que reconhece como “relevantes os intercâmbios criados com o Instituto de Estudos da Criança, da Universidade do Minho (Braga – Portugal), por intermédio do pesquisador Manuel Jacinto Sarmiento e seu grupo de pesquisa, o que tem originado publicações conjuntas entre investigadores portugueses e brasileiros”.

No Brasil, dois estudos são considerados pioneiros na área das ciências sociais. O primeiro, já citado anteriormente, realizado nos anos de 1940 intitulado “As Trocinhas” do Bom Retiro de Florestan Fernandes, uma pesquisa inovadora que observou grupos de crianças a brincar na rua em bairros de São Paulo. O segundo surge muitas décadas depois, em 1990 com a investigação de José de Souza Martins sobre “as crianças sem infância” no Brasil, com uma pesquisa baseada em duzentos depoimentos de crianças em processo de migração na luta pela terra nas chamadas fronteiras agrícolas brasileiras. Segundo Delgado (2011, p.193), “os dois pesquisadores foram os primeiros sociólogos brasileiros a tomar as crianças como informantes legítimos, mas foram criticados, sobretudo, por considerá-las imaturas”.

Além das ciências sociais, outras áreas das ciências humanas (História, Geografia, Psicologia, Antropologia, Pedagogia) focalizaram seus estudos nas vozes e ações da criança a partir do início do século XXI. No Brasil, o campo tem avançado com a produção de estudos em nível de mestrado e doutorado, na produção de livros e revistas científicas e o estabelecimento de grupos de pesquisa na área.

Delgado (2011) evidencia que importantes publicações têm consolidado o campo científico da Sociologia da Infância no Brasil, dentre muitas destaca três, são: o livro “Por uma cultura da infância: metodologia de pesquisa com crianças” de Faria, Demartini e Prado publicado em 2002, uma coletânea com pesquisadores brasileiros com foco nas vozes de crianças. Em 2005, a Coleção Passo a Passo publicou “Antropologia da Criança” de Clarice Cohn e a Revista Educação e Sociedade lançou o dossiê “Sociologia da Infância: pesquisa com crianças”. A autora ainda afirma existirem outras produções importantes que confirmam o avanço da área, trabalhos esses realizados por pesquisadores e

comunicados em eventos científicos tais como congressos, seminários e outras formas de socialização.

Sociologia da Infância na contemporaneidade

No Brasil, muitas pesquisas na interface entre a Sociologia e a Educação vêm sendo desenvolvidas por grupos que investigam a criança e infância. Silva et al (2010) in Nascimento (2015) ao fazer um mapeamento encontrou 322 grupos na área de ciências humanas que pesquisavam infância, criança e educação infantil. Destes, 182 na área da Educação; 105, na Psicologia; 13 na Sociologia e os demais em outros campos das ciências humanas. Na Geografia, Arqueologia e Ciências Políticas até esse período não foram identificados trabalhos.

Posteriormente, a investigação de Nascimento (2015) localizou 23 grupos de pesquisa tendo a Sociologia da Infância por referência, dos quais 16 ancorados na Educação, 04 na Psicologia e 03 na Sociologia. Dentre os grupos na Educação, 11 têm a Educação Infantil como área predominante, bem como os que estão na Psicologia, portanto, o levantamento e, posteriormente, o relatório de pesquisa evidencia uma significativa relação entre a Sociologia da Infância e a Educação no Brasil. Assim, Nascimento (2015, p. 85) se pronuncia:

Verificou-se que as investigações e os estudos desenvolvidos pelos grupos selecionados inspiram-se, em sua maioria, na perspectiva da *agência*, no cotidiano das crianças pequenas e nos métodos etnográficos. Entretanto, o campo da SI é maior do que esse aspecto, implica em outras alternativas metodológicas e em outros conceitos, como estrutura, por exemplo.

Nessa perspectiva, percebe-se que muitos grupos de pesquisa buscam na Sociologia da Infância aporte teórico e metodológico para desenvolverem suas investigações, sendo a Educação Infantil a principal área de pesquisa no Brasil atualmente quando se trata de criança e infância.

Esse fato pode ser constatado por meio de uma pesquisa realizada pela autora dos trabalhos apresentados na 38ª Reunião Nacional da ANPED – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, realizada de 2 a 5 de outubro de 2017, em São Luiz – Maranhão. Este evento revela-se um dos mais qualificados na área da educação brasileira reunindo sempre

pesquisadores nacionais e internacionais, bem como alunos de programas de pós-graduação havendo um rigor muito grande na seleção dos trabalhos.

A programação do Grupo de Trabalho 7 – GT7, que aborda a temática da educação da criança de zero a seis anos contou com 17 trabalhos (comunicações orais) e 04 pôsters aprovados. Destes, foram efetivamente apresentados 16 trabalhos e 02 pôsteres que mobilizaram discussões relativas ao percurso histórico da Educação Infantil, ao desenvolvimento de políticas públicas e as demandas de acesso ao financiamento público, à formação de professores e a participação das crianças. Do montante de trabalhos apresentados, três explicitamente traziam a Sociologia da Infância como referencial teórico, um ancorava-se na teoria histórico-cultural de Vigotsky e os demais de forma implícita abordavam conceitos e autores que trabalham com a perspectiva da Sociologia da Infância.

Essas observações confirmam que ainda são atuais as considerações feitas por Nascimento (2015) sobre as relações entre Sociologia da Infância e Educação Infantil:

Em primeiro lugar, as crianças pequenas têm sido vistas como agentes e produtoras de cultura e, portanto, pesquisam-se suas vozes, sua ação coletiva e brincadeiras. Em segundo lugar, os grupos de pesquisa em educação infantil têm trabalhado conceitos e proposições da sociologia da infância, vinculados, em sua maioria, a programas de pós-graduação em educação. E, em terceiro, as discussões teóricas e metodológicas não focalizam exatamente o campo da sociologia da infância, o que deixa de contribuir para a produção de novos conceitos e possibilidades metodológicas da área, ou de novas questões epistemológicas sobre a infância e seu estudo (NASCIMENTO, 2015, p.85).

Constata-se assim a interlocução da Sociologia da Infância e a Educação Infantil a partir, principalmente, de pesquisas realizadas no âmbito dos programas de pós-graduação em educação com foco: nas relações entre crianças e pares, crianças e adultos; nas políticas públicas que envolvem as questões da Educação Infantil como o Plano Nacional de Educação – PNE – (2014-2024), em sua meta 1; recursos para ampliação de infra-estrutura (vagas em função da obrigatoriedade); a discussão em torno da formação do professor de educação infantil, seu perfil singular; a organização curricular que não deve ser escolarizante; a qualidade do trabalho pedagógico entre o cuidar e educar e outros desafios pertinentes a área. Entretanto, Nascimento chama a atenção

para a lacuna existente no campo da Sociologia da Infância no que se refere a construção de novas questões epistemológicas sobre a criança e infância, sendo este um desafio a ser vencido por estudiosos da área.

Reconhecer a criança em sua vulnerabilidade e globalidade, sujeito histórico, cultural, social e de direitos exige vencer esses desafios e incluir a educação infantil na educação básica, com legislação educacional específica, sob a responsabilidade de professores habilitados conforme estabelece a Meta 01 do PNE-(2014-2024) e a sociedade brasileira não pode negar à criança esse direito.

No entanto, o processo democrático vivenciado pelo Brasil que inclui vários avanços conquistados nos últimos anos passa por um cenário atual de crise econômica e política, especialmente crítica para a educação brasileira em virtude da instabilidade e disputa de projetos políticos distintos e conservadores que embora apresentem uma “legalidade político-jurídica”, promovem mudanças não pautadas em princípios democráticos.

Para a concretização da educação infantil brasileira, espaços e tempos da criança, foco de estudos da Sociologia da Infância, precisamos levar adiante alguns desafios que possuem destaque na agenda prioritária da área, tais como: ampliação na qualidade de atendimento; maiores investimentos financeiros; estabelecimento de um currículo adequado à especificidade da infância; ampliação das redes; da melhoria da qualidade dos serviços; da efetiva integração aos sistemas de ensino; o estabelecimento de políticas de formação de professores, dentre outros.

Frente ao cenário incerto com retrocessos vivenciados, fica evidente que a pesquisa brasileira no que tange a área educacional, de modo geral, e, especificamente, a Educação Infantil focaliza a criança como objeto e sujeito social, ser do presente e produtor de cultura inserido na instituição educacional e, nesse universo, investigado e solicitado a participar da pesquisa para dizer que contexto é esse e defender seu direito à educação de qualidade e participação.

Diante desse panorama, Abramowicz e Oliveira (2010, p. 44) afirmam que:

Na realidade há muitas dificuldades para aqueles que pretendem realizar estudos sobre a criança e a infância, que se complexificam na medida em que temos que produzir formas de entender e de escutar o que as crianças dizem. Por vezes o

cardápio de sentidos de que dispomos é insuficiente para compreender estas falas. A criança é portadora da diferença, da diversidade e da alteridade.

Nascimento (2015), frente a estas problemáticas se posiciona afirmando que a produção de novos conceitos e possibilidades metodológicas, bem como as questões epistemológicas sobre a infância e seu estudo sociológico não estão tão presentes na agenda brasileira dos estudos da infância, embora se reconheça que o foco nas crianças como unidade de observação esteja presente na pesquisa brasileira. Portanto, desafios de ordem teórica podem ser somados aos éticos e metodológicos para a pesquisa brasileira.

Delgado (2011) ao analisar as tendências e desafios para os estudos da infância contemporânea com base em Ambert (1996) identifica algumas questões importantes que surgem e desafiam o campo, tais como: ampliar as pesquisas que compreendam as experiências e conhecimentos das crianças frente à desigualdade e exclusão social; a necessidade de a Sociologia da Infância utilizar de metodologias diversas e rigorosas e se aliar a outras disciplinas para não cair no isolamento, desenvolvendo pesquisas que respondam as questões de contexto cultural que intervêm na vida e no desenvolvimento das crianças, como a mundialização da economia de mercado e a universalização dos meios de comunicação; usar abordagens qualitativas e quantitativas por meio de diversas metodologias empíricas, pois as perspectivas macro e micro são complementares e oportunizam acesso a dados diversificados. E, por último, a autora (2011, p.199) afirma que “ao refletir sobre esses desafios penso que os resultados de nossas pesquisas devem começar a circular em outros setores da sociedade, para além do campo científico, atingindo familiares e profissionais da infância como os dedicados às questões do direito das crianças, da saúde e da educação”.

Essa posição é corroborada por Sarmiento (2015, p. 40) ao afirmar que:

As condições particulares da produção científica em estudos da criança no espaço comunicacional de língua portuguesa tem contribuído para a definição de uma agenda crítica. Consideraremos essa agenda a partir de cinco eixos: o debate sobre a normatividade da infância; a questão das desigualdades sociais; o desafio dos estudos pós-coloniais e o cosmopolitismo infantil; a promoção da cidadania infantil e a intervenção social com crianças, e as metodologias de pesquisa com crianças.

O autor afirma ainda que em Portugal, a Sociologia da Infância é considerada uma área jovem que volta seu olhar para a promoção do bem estar da criança, portanto, o compromisso do campo é conhecer as crianças e promover seus direitos, sendo este seu maior desafio. Para Sarmiento (2015, p.41), “em contextos sociais... com condições sociais marcadas pela exclusão e pela negação dos direitos – estudar as crianças para além da norma ocidental, desconstruir as suas origens históricas e sociais e descortinar outros processos de normatização constitui uma tarefa indispensável de um programa crítico”.

Prout (2010, p. 733) ao discutir os rumos a serem tomados pelo campo já afirmava que “a Sociologia da Infância surge com uma dupla tarefa: criar um espaço para a infância no discurso sociológico e encarar a complexidade e ambiguidade da infância como um fenômeno contemporâneo e instável”.

Em relação a primeira tarefa, se constata o avanço epistemológico pois de acordo com Sarmiento e Marchi (2008, p.5):

Os indicadores da constituição do campo estão todos basicamente estabelecidos: i) a delimitação conceptual da infância como categoria social e as crianças como actores sociais concretos; ii) a produção de teorias, quadros conceptuais e *frames* interpretativos distintos – e.g., a renovação do conceito clássico de geração (Qvortrup, 2000, Alanen, 2001, Mayall, 2002 & Sarmiento, 2005) - a tese da “reprodução interpretativa” (Corsaro, 1997), os conceitos de “ofício de aluno” e de “ofício de criança” na SI francófona (Chamboredon & Prevot, 1982, Sirota, 1993) e o “construtivismo social” da infância (James, Jenks & Prout, 1998); iii) a definição de procedimentos analíticos e de metodologias investigativas privilegiadas e, se não específicas, ao menos tematicamente reorientadas pela natureza do objecto-sujeito de conhecimento: as crianças e a infância (Cristhensen & James, 2005); iv) a constituição de dispositivos de encontro e intercâmbio entre pesquisadores (especialmente os Comitês de Pesquisa no interior das organizações Sociológicas acima referenciadas); v) a realização de múltiplas reuniões científicas de divulgação do conhecimento produzido e a publicação de revistas e colecções temáticas de livros especializados; vi) a criação de programas de estudos, sobretudo de estudos avançados ao nível da pós-graduação, reportados expressamente à disciplina.

Evidencia-se por meio dos trabalhos realizados e publicizados que a primeira tarefa avançou muito a partir das contribuições significativas de pesquisas realizadas em diálogo contínuo entre pesquisadores que partilham a mesma visão numa perspectiva crítica, compreendendo a criança em sua

alteridade, como ser cultural, cujos direitos são considerados como um conjunto de valores consagrados em legislações de âmbito nacional e internacional que se destinam a fazer respeitar e concretizar princípios e condições de cidadania que possibilitem a criança uma vida digna, como parte integrante da sociedade.

Portanto, retomando o pensamento de Prout (2010), é na segunda tarefa que devem se concentrar as pesquisas atuais e se inserem os desafios para a Sociologia da Infância. Segundo Arend (2015), no cenário de cores sombrias relativo a infância abandonada que começou a ser questionado nos anos de 1980, percebe-se uma mudança significativa no que se refere a atenção as camadas mais pobres em situação de vulnerabilidade, embora uma parcela significativa da sociedade ainda não visibiliza essas crianças. Neste espaço, a Sociologia da Infância pode contribuir ao desenvolver pesquisas que analisem os efeitos da globalização, da desigualdade social, das crianças excluídas, uma exclusão social que exige a criação e efetivação de políticas públicas potentes para a infância que as leve a uma emancipação social e privilegiem suas vozes, que assegurem seus direitos de provisão, proteção e participação de forma efetiva.

Algumas considerações

Nascimento (2015) com base em Qvortrup, Corsaro e Honig (2009) apresenta a Sociologia e a Antropologia como as disciplinas precursoras da interlocução nos estudos sociais da infância, uma vez que as duas áreas tiveram dificuldades em utilizar somente seus conceitos necessitando então ampliar o diálogo interdisciplinar com a Geografia, a História, a Psicologia e, posteriormente, também com as relutantes Ciências Política e Economia.

Dornelles e Fernandes (2015) complementam afirmando ser necessário esta interlocução como condição para dar conta da complexidade que se revestem os mundos da criança na contemporaneidade. Isto tem permitido uma maior sensibilidade para realizar estudos e possibilitar voz às crianças em busca de uma compreensão da condição humana a partir do ponto de vista da criança. Portanto, a Sociologia da Infância como campo científico interdisciplinar tem avançado muito nos últimos anos promovendo uma nova reflexividade e

visibilidade sobre a criança vista então como objeto e sujeito sociológico e a infância como categoria social.

Apesar do centro de estudos da infância situar-se nos países do norte, principalmente a Europa, onde as redes internacionais de investigação indicam a consolidação do campo, alguns países do sul, como o Brasil, reconhecem a área como uma oportunidade de pesquisa sobre e com crianças para além do seu estatuto como alunos ou como seres humanos em desenvolvimento (devires), e/ou para além da fraqueza, da incompetência ou da negatividade atribuídas às crianças, percebendo-as nas múltiplas relações que estabelecem em suas vidas cotidianas. A investigação apoiada na concepção de crianças como atores no campo social tem promovido outro tipo de conhecimento sobre elas (SARMENTO, 2008).

Mas, muitas crianças e infâncias continuam ainda na invisibilidade como afirmam Sarmiento e Marchi (2008), crianças ainda ausentes nos estudos da Sociologia da Infância, crianças excluídas pela desigualdade social, crianças consideradas delinquentes, meninos de rua, meninos soldados das guerras injustas, crianças migrantes afastadas de suas famílias, crianças exploradas pelo trabalho infantil, meninas prostituídas e tantas outras crianças com suas infâncias perdidas e ou roubadas que desafiam e transgridem a norma moderna ocidental.

Trazer estas crianças para o foco das pesquisas, para a agenda de debates sociais e educacionais são desafios contemporâneos da Sociologia da Infância, isto possibilita tornar visível as crianças excluídas pela desigualdade social, pelas guerras, tráfico, prostituição, pela pobreza, enfim, que se volte o foco para esse grupo social com um conjunto de direitos reconhecidos, mas pouco aplicados no cotidiano das crianças e sociedade. Direitos estes defendidos por diversos movimentos internacionais, mas que tem sua eficácia limitada na redução das desigualdades sociais. O mundo parece ter se tornado mais complexo e desigual com o predomínio da questão econômica que subordina os Estados nacionais a organismos internacionais que influenciam as políticas públicas. Estas devem ter um caráter universalista para proteger e assegurar os direitos da criança. Neste sentido, precisa-se ter uma vigilância epistemológica, um posicionamento crítico frente as relações sociais e pedagógicas com as

crianças em busca de mudanças de postura e concepções em prol do respeito à criança.

Referências

ABRAMOWICZ, F. A. OLIVEIRA. Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção. **Educação** (UFSM), v.35, n.1, p.39-52, 2010.

AREND, S.M.F. Convenção sobre os Direitos da Criança: o Brasil na construção de um sujeito de direitos (1980-1989). **4 Atas Jornadas de Estudios sobre la infancia**. Buenos Aires, 2015.

DORNELLES, L. V; FERNANDES, N. Estudos da criança e pesquisa com crianças: nuances luso-brasileiras acerca dos desafios éticos e metodológicos. **Currículo sem Fronteiras**, v.15, n.1, p.65-78, 2015).

DELGADO, A. C. C. Estudos socioantropológicos da infância no Brasil: caminhos, problematizações e diálogos. In A. J. M. Filho; P. D. Prado (Orgs.). **Das pesquisas com crianças: à complexidade da infância**. Campinas: Autores Associados, p. 185- 204, 2011.

NASCIMENTO, M. L. B. P. Como se conduz a pesquisa da infância quando a educação é mais um campo a compor seus estudos: alguns elementos para discussão. **Currículo sem fronteiras**, v.15, n.1, p.79-93, 2015.

PROUT, A. Reconsiderando a nova Sociologia da Infância. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.141, p.729-750, 2010.

SARMENTO, M. J; MARCHI, R. Radicalização da infância na segunda modernidade. Para uma Sociologia da Infância crítica. **Configurações**, Revista do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, n.4, p.91-113, 2008.

SARMENTO, M. J. Sociologia da Infância: Correntes e Confluências. In M. J. SARMENTO; M. C. S. DE GOUVÊA (Orgs.). **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis: Vozes, p. 17-39, 2008.

SARMENTO, M. J. Uma agenda crítica para os estudos da criança. **Currículo sem Fronteiras**, v.15, n.1, p.31-49, 2015.

SARMENTO, M. J.; FERNANDES, N.; TOMÁS, C. Figuras da criança na Sociologia da Infância em Portugal. **Sociedade e Infância**, n.1, p.39-60, 2017.

SIROTA, R. Da Sociologia da Educação à Sociologia da Infância. **Atos de Pesquisa em Educação**, v.6, n.3, p.562-571, 2011.

*Recebido em Março de 2019
Aprovado em Junho de 2020*